Idéias em circulação:

Attilio Corrêa Lima, Armando Augusto de Godoy e as concepções urbanísticas de Goiânia

Leonardo Dimitry Silva Guimarães*

Resumo Goiânia, fruto de um quadro político pós-*Golpe de 30*, é idealizada mediante o discurso de progresso. Como produto desta lógica, contudo, a cidade deveria exprimir uma feição condizente ao novo tempo que enunciava. Para sua concepção, são convidados expressivos nomes como Attilio Corrêa Lima e Armando Augusto de Godoy. Tais atores, entretanto, imprimem suas visões de modo não estanque, mas sim a partir de empréstimos seletivos, traduções e transformações. Sob este fio condutor, o trabalho propõe compreender a gênese das decisões que condicionaram a morfologia da capital, por meio da perspectiva de formação e atuação de seus planejadores.

Palavras-chave: Goiânia, história da cidade e do urbanismo no Brasil, historiografia do urbanismo.

Ideas en circulación: Attilio Corrêa Lima, Armando Augusto de Godoy y las concepciones urbanisticas de Goiânia

Resumen Goiânia, fruto de un cuadro posterior al *Golpe de 30*, es idealizada mediante el discurso de progreso. Como producto de esta lógica, sin embargo, la ciudad debería expresar trazos concordantes con el nuevo tiempo. Para su concepción, son invitados nombres como Attilio Corrêa Lima y Armando Augusto de Godoy. Tales actores, sin embargo, imprimen visiones de modo no estanco, sino a partir de préstamos selectivos, traducciones y transformaciones. Bajo este hilo conductor, el trabajo propone comprender la génesis de las decisiones que condicionaron la morfología de la capital, a través de la perspectiva de formación y actuación de sus planificadores.

Palabras clave: Goiânia, historia de la ciudad y del urbanismo en Brasil, historiografía del urbanismo.

Ideas in circulation: Attilio Corrêa Lima, Armando Augusto de Godoy and the urbanistic conceptions of Goiânia

Abstract Goiânia, product of a political scenario post-*Coup of 30*, is idealized through the discourse of progress. As outcome of this logic, however, the city should express a feature aligned to the new time enunciated. For its conception, expressive names are invited, such as Attilio Corrêa Lima e Armando Augusto de Godoy. These actors, however, print their visions in a non-tight way, but rather from selective loans, translations and transformations. Under this guideline, the paper proposes to understand the genesis of the decisions that conditioned the morphology of the capital, through the perspective of formation and action of its planners.

Keywords: Goiânia, history of the city and of the urbanism in Brazil, historiography of urbanism.

Sob a perspectiva das múltiplas transformações econômicas e sociais no cenário brasileiro, sobretudo no âmbito de uma nova ordem política estabelecida após 1930, Goiânia é idealizada. A cidade, como metáfora da transferência de poder que ocorre em escala nacional, deslocaria fisicamente a sede administrativa do estado, ao mesmo tempo que sintetizaria o afã de desenvolvimento presente na dinâmica de integração viabilizada por um governo centralizador. Desta forma, antes mesmo de sua gênese, Goiânia já se inseria ideologicamente num discurso de progresso. Como representação de modernidade, entretanto, a nova capital deveria exprimir materialmente uma feição condizente ao novo tempo que enunciava. Seu caráter seria modelar.

Como centro administrativo cabe-lhe a função de cabeça e orientador. (...) Sua posição deverá ser sempre na vanguarda, como tipo modelar, a sua estrutura urbana deve ser ampla, refletindo uma certa nobreza de linhas, quer no seu traçado, quer na sua edificação. (...) O rigor das medidas nela aplicadas será o exemplo que despertará as outras aglomerações urbanas do seu letargo. Goiânia não vale somente pelo seu valor intrínseco, mas principalmente pela influência que poderá exercer. Num país ou num Estado, a capital é sempre o padrão, onde os outros satélites se espelham, por isso designavam-na os antigos de "Metrópole". (LIMA, 1942, p. 96-97)

Para a empreitada, o interventor Pedro Ludovico Teixeira convida nomes como o de Attilio Corrêa Lima e Armando Augusto de Godoy - profissionais de projeção no cenário do urbanismo brasileiro, num momento onde a ciência da cidade se consolidava no território nacional. O saber técnico, o mesmo que munia as argumentações acerca da necessidade de mudança da capital, garantiria a ação civilizadora por meio de uma cidade moderna, condutora "dos movimentos e das atividades de uma nação", sem a qual "os povos não progridem e não prosperam" (GODOY, 1943, p. 212).

A partir desses agentes - numa trama composta por muitos outros -, é possível perceber visões distintas de cidade, fruto de suas trajetórias pessoais. Resultado disso é a mescla de referências que compõem a nova capital em seu processo de gênese. De acordo com Francis Violich (1944), numa das primeiras obras internacionais que menciona Goiânia, a cidade revela três diferentes escolas de planejamento: a portuguesa, por meio do traçado em grelha (em alusão à pequena cidade de Campinas, núcleo próximo às obras da capital); a francesa, por meio das diagonais e das radiais (atribuída a Corrêa Lima); e norte-americana, com referência clara à lógica de Radburn (atribuída a Godoy). Nota-se, portanto, que os dois profissionais imprimiram a Goiânia traços consonantes a diversas formulações urbanísticas desenvolvidas em escala global, dando corpo assim ao discurso modernizante por meio de um modelo urbano regionalmente inédito.

Estas transferências, contudo, não ocorrem de modo estanque. As cidades e suas concepções são objetos culturais - onde a cultura não é algo ao qual os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições e os processos podem ser casualmente atribuídos, mas sim "um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de

* Leonardo Dimitry Silva Guimarães é Arquiteto e Urbanista, sendo atualmente arquiteto e urbanista no Centro de Gestão do Espaço Físico da Universidade Federal de Goiás, ORCID <http://orcid.org/0000-0002-3876-8037>.

forma inteligível" (GEERTZ, 2008, p. 10). Diante deste quadro, segundo Topalov (2014), as ideias, as formas e as técnicas transitam de um lugar a outro por meio de atores - pessoas e instrumentos de mediação - que as põem em circulação sem deixá-las, entretanto, inalteradas em seus deslocamentos. Apreendem-se, neste movimento, os empréstimos seletivos, as traduções e as transformações.

O plano de Goiânia, por conseguinte, é concebido em meio a transferências culturais, de forma que suas feições derivam de contatos - diretos e indiretos - com obras, profissionais e formulações articuladas no Brasil e no exterior. Sob este fio condutor, o trabalho propõe compreender a gênese das decisões que condicionaram a morfologia da capital, por meio da perspectiva de formação e atuação de seus planejadores.

A transferência da capital

De acordo com Chaul (2010), a questão da mudança da capital esteve presente ao longo da história de Goiás desde os descaminhos do ouro - momento em que surgiu a necessidade de se alterar o marasmo global da região, "rica em minérios e pobre em motivações sociais" (CHAUL, 2010, p. 224). A Cidade de Goiás, antiga Vila Boa, assim como era símbolo de pujança no apogeu extrativista, representava também a decadência com o esgotamento da atividade poucas décadas após a fundação do arraial.

Parte dessa genealogia é recuperada por Attilio Corrêa Lima, em seus estudos acerca da nova capital. O urbanista, ao expor as razões pelas quais a transferência da capital era uma necessidade, retoma posições de nomes como o do general Couto Magalhães e Rodolfo Gustavo da Paixão, ambos presidentes da província no século XIX. Contudo, há registros de pedidos de intercessões junto ao governo português já no século XVIII, quando o então governador Conde dos Arcos sugeria a mudança da capital para outra região, dadas as deficiências climáticas e difíceis condições de acesso à sede administrativa. Dentre as várias citações anexadas por Corrêa Lima, todas reforçam a lógica de um quadro insustentável.

(...) espreguiçando-se às margens do Rio Vermelho, mas curtindo uma verdadeira sede de Tântalo, visto como a água viscosa deste ribeiro, despejo e lavadouro da população, não é e nem pode ser convenientemente distribuída às casas, porque a fornecida pelo único chafariz existente e parcas fontes, carece das condições de abundância e potabilidade; desprovida de bom sistema de esgotos, capaz de evitar o uso prejudicialíssimo das latrinas perfuradas no terreno, onde as matérias fecais, sem escoamento entram em rápida decomposição e exalam deletérios miasmas, e absorvidas pelo subsolo, bastante permeável, comunicam-se com os poços de serventia, de ordinário abertos nas proximidades daqueles focos de infecção, a decadente Vila Boa, hospeda em seu seio poderosos agentes de destruição, que hão de em breve, transformá-la em vasta necrópole, onde a morte campeie com todo seu cortejo de horrores. (PAIXÃO, 1890 apud LIMA, 1942, p. 91)

É exatamente este o mote sobre o qual o governo estadual articula seu projeto político no contexto pós-*Golpe de 30*, a partir da figura de Pedro Ludovico Teixeira. Se o objetivismo científico era a tônica que legitimava a tomada de decisões frente aos embates e disputas, o interventor seria o homem ideal para conduzir o processo de mudança da capital: formado em medicina no Rio de Janeiro - num contexto

onde o higienismo ditava as ações urbanísticas na capital federal -, Ludovico e o seus conhecimentos médicos possibilitariam a passagem da necrópole (a antiga capital) para a metrópole (a nova capital), segundo a visão de Chaul (2010).

Sem a pretensão de aprofundar um olhar acerca do processo discursivo no qual descontrói-se a imagem de Goiás e constrói-se a imagem de Goiânia - cuja pertinência se reserva para outra ocasião -, traça-se um breve panorama para compreender, sobretudo, o papel protagonista que o saber técnico assume na consolidação da transferência do centro do poder estadual. Neste panorama, diversos estudos são empreendidos e endossam a retórica mudancista.

O primeiro que se tem notícia é a análise do engenheiro Carlos Haas, onde pontuaram-se requisitos necessários para o estabelecimento de um núcleo moderno - que envolviam desde características físicas (relevo, insolação, disponibilidade de água, dentre outros) até aspectos logísticos (facilidade de abastecimento, facilidade de acesso etc.). À medida que a ideia ganha força, é criada em 1932 uma comissão composta por engenheiros, médicos, advogados e outros representantes institucionais, visando estudar os possíveis locais de construção da nova cidade. O grupo elabora uma série de documentos que compõem um relatório, cujo conteúdo abarcava desde as condições precárias da cidade de Goiás e a inviabilidade de sua remodelação física até as características ambientais requeridas para o pleno estabelecimento de um núcleo urbano (CHAUL, 1988).

Com a aprovação do relatório, Ludovico aspiraria ainda verificar a opinião de outros técnicos de reconhecida projeção para abonar a decisão e, diante disto, convida Armando Augusto de Godoy para elaboração de um parecer. Seu renome seria inquestionável: formando em engenharia no primeiro quinquênio do século XX pela Escola Politécnica do Distrito Federal, Godoy era, naquele momento, docente do Colégio Militar do Rio de Janeiro e integrante da diretoria do Automóvel Club do Brasil. Além disso, fora presidente da Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro, tendo assumido uma importante função de articulação nos trabalhos do plano geral da capital federal, dada sua sintonia com os principais debates urbanísticos desenvolvidos no exterior. A ele atribui-se, por exemplo, a sugestão do nome de Donat-Alfred Agache, responsável pelo Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento do Rio de Janeiro.

Antes de terminar estas linhas preciso felicitar a capital por hospedar e estar sendo alvo da observação e da análise de um dos mais eminentes urbanistas europeus, perante cuja obra, já opulenta, devemos curvar-nos com muita admiração e respeito. Entre os livros que tive a ventura de ler e reler, sobre assuntos urbanos, figura um da sua autoria, do qual tive de citar algumas proposições, em trabalho que me foi exigido (...). Em artigo que saiu neste jornal, em setembro do ano passado, artigo em que busquei mostrar a necessidade de se mandar vir um grande urbanista estrangeiro para organizar um plano geral desta capital e fazer conferências no sentido de nos orientar e instruir num domínio da engenharia em que estamos atrasadíssimos - tive a inspirada ideia de incluir o nome glorioso do Sr. Agache na lista dos célebres e afamados urbanistas e, embora sem autoridade, ousei indicar como capazes de uma tão difícil tarefa (...). (GODOY, 1943, p. 47)

Godoy também era muito presente em cenário nacional pelo seu papel de propagação do urbanismo. O engenheiro tinha participação ativa em jornais e revistas da época, tendo

sido redator-chefe da Revista Municipal de Engenharia. Seus artigos recorrentemente evidenciavam seu repertório ao citar profissionais, conceitos e realizações. Ao mesmo tempo, Armando tinha presença assídua em congressos e seminários que discutiam temas urbanísticos, habitacionais, rodoviários, entre outros. Em suma, junto de profissionais como Anhaia Mello e Silva Freire, Godoy era expoente numa espécie de "militância intelectual" para a divulgação do urbanismo e sua relevância para o destino do Brasil, conforme a visão de L. Ribeiro (2015).

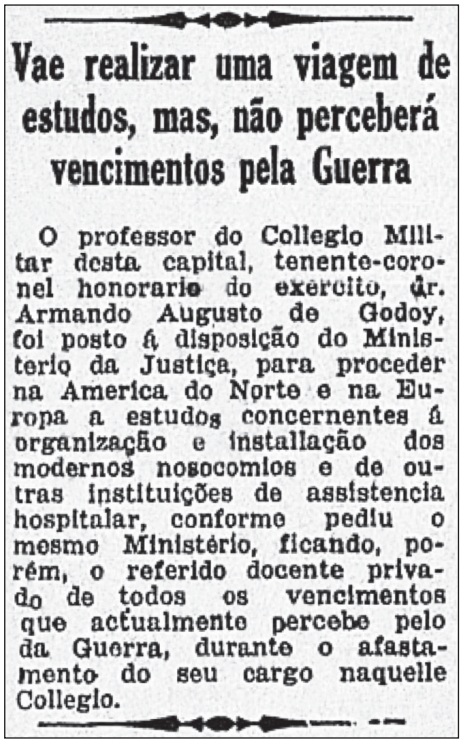
Esta mesma posição pedagógica transparecia nas leituras sociais expostas no parecer de Goiânia. Em seu documento, por exemplo, o profissional aponta o caráter civilizador da cidade moderna, como espaço de desenvolvimento dos principais elementos espirituais e físicos do homem. O atraso de Goiás, portanto, se dava pela ausência de um centro urbano que contasse com plenas condições para o estímulo das "múltiplas atividades que caracterizam a vida econômica e social de um povo" (GODOY, 1943, p. 213). Ao tecer suas posições, de modo didático, sempre exemplificava através de casos desenvolvidos no Brasil e, sobretudo, no exterior. Para ilustrar, na abordagem relativa à criação de novos centros, Godoy enumera modelos como o de Belo Horizonte, Letchworth e Gary. Ao mesmo tempo, demonstrava a visão holística presente no campo de atuação da ciência urbana, ao tocar em temas como a integração regional da cidade, viabilização orçamentária para as obras, aspectos ecológicos e até *marketing* urbano, ao citar Magnitogorsk e Radburn. Não por acaso, é comum o depoimento de pioneiros que chegaram à capital ao tomar conhecimento do empreendimento através de propagandas.

A menção aos casos de Letchworth e Radburn nos revela, também, várias das formulações urbanas em que Godoy se ampara. O engenheiro, num texto datado de 1931, chega a afirmar que a Cidade Jardim "constitui a mais perfeita e mais completa criação urbanista da época que atravessamos" (GODOY, 1943, p. 137), ao passo que era capaz de garantir qualidades como o contato do habitante da cidade com a natureza. Ao citar de André Le Nôtre a Raymond Unwin, passando por Ebenezer Howard, Godoy tece uma breve abordagem sobre as origens da concepção, relacionando seus principais pontos - tanto aqueles articulados em *Garden Cities of To-morrow* quanto nas concretizações de Letchworth. Em outros artigos, cita-se também Welwyn e bairros-jardins como Hampstead e Jardim América.

O contato de Armando Augusto de Godoy com tais ideias se dava a partir de textos e planos, mas não se restringia a tal. O engenheiro fez diversas viagens, onde pôde apreender as realizações *in loco,* conforme recupera-se num de seus artigos: "inúmeros projetos de cidade-jardins foram logo elaborados, alguns dos quais já se acham realizados. Tive a ocasião de visitar duas pequenas cidades, Suresnes e Robinson (...)" (GODOY, 1943, p. 140).

Todas essas referências habitam o relatório do engenheiro apresentado a Pedro Ludovico Teixeira, para além das menções diretas. Godoy, por exemplo, destina um tópico para discorrer sobre o destino dos arredores da cidade. Demonstrava, assim, a esfera de atuação ampliada do urbanismo, cujo olhar se estendia ao campo.

É, pois, indispensável que o programa relativo ao estabelecimento de uma nova cidade conste um plano de colonização para os seus arredores, fixando destinos das parcelas de terreno em que forem divididos, estabelecidos de maneira que se alcance



Vae realizar uma viagem de estudos, mas, não perceberá vencimentos pela Guerra

O professor do Collegio Militar desta capital, tenente-coronel honorario do exercito, dr. Armando Augusto de Godoy, foi posto á disposição do Ministerio da Justiça, para proceder na America do Norte e na Europa a estudos concernentes á organização e installação dos modernos nosocomios e de outras instituições de assistencia hospitalar, conforme pediu o mesmo Ministério, ficando, porém, o referido docente privado de todos os vencimentos que actualmente percebe pelo da Guerra, durante o afastamento do seu cargo naquelle Collegio.

Figura 1: Recorte de jornal que exemplifica os contatos diretos de Godoy com referências internacionais. Fonte: NOTAS suburbanas. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, p. 9, 2 set. 1927.

que as atividades agrícolas se orientem no sentido mais conveniente à existência e à expansão da cidade. De tal fato resultará indubitavelmente uma vida urbana muito mais intensa. Toda a aglomeração humana consome uma série de elementos que, para serem vendidos a preço razoável, ao alcance das classes pobres e em boas condições, não podem vir de longe, devendo ser produzidos a pequena distância. (...). É, pois, claro que tudo se faça para se obter que se estabeleçam nos arredores da futura cidade (...) (GODOY, 1943, p. 219)

Desse modo, as orientações de Armando Augusto de Godoy e, sobretudo, seu parecer favorável acerca da região onde se implantaria a futura capital reitera e substancia a posição da comissão, fornecendo assim o apoio técnico necessário para que o interventor pudesse de fato empreender a construção de Goiânia.

Os primeiros traços da cidade

A mesma preocupação que Pedro Ludovico tinha na escolha de um nome expressivo para emitir o parecer sobre a conveniência da mudança da capital, também transparecia na seleção do profissional a quem seria incumbido a tarefa de elaborar o plano de Goiânia, sendo capaz de garantir-lhe feições modernas. Segundo alguns autores, como Manso (2001), Cordeiro e Queiroz (1990), a primeira pessoa lembrada pelo interventor teria sido Alfred Agache, ainda bastante influente no cenário nacional por sua atuação no Rio de Janeiro - trabalho este que, inclusive, lhe rendeu outros diversos projetos e colaborações pelo território brasileiro, tais como o Plano de Curitiba, Vitória, Petrópolis e Interlagos,

em São Paulo. Contudo, como o francês estava fora do Brasil naquele momento que exigia celeridade, o advogado Colemar Natal e Silva - que fora integrante da comissão de transferência da capital - sugeriu dois outros nomes que estariam à altura: o já citado Armando Augusto de Godoy e Attilio Corrêa Lima. O escolhido seria este último.

O ítalo-brasileiro, apontado pela historiografia como o primeiro doutor em urbanismo do país, desenvolveu sua experiência em planejamento por meio dos estudos (na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro e no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris), da prática projetual e da participação constante em congressos internacionais. Enquanto esteve na França, Corrêa Lima teria tido contato com mestres como Léon Jaussely, Jacques Gréber e seu orientador Henri Prost - integrantes de um corpo docente composto por numerosos associados à *Societé Française des Urbanistes* cujos saberes práticos, sobretudo no contexto da Lei Cornudet, lhe forneciam credenciais para tal (FREY, 2004). Lá também conhecera Agache, tendo trabalhado em seu ateliê no momento que o francês realizava os planos de remodelação e embelezamento da capital federal do Brasil. Essas interações sintetizam-se no projeto-tese de Corrêa Lima, defendido em Sorbonne no ano de 1930. Attilio, que chegara a cogitar a possibilidade de desenvolver um estudo para a nova capital do país a ser construída em Goiás (DINIZ, 2017), em seu trabalho propõe soluções urbanísticas para a cidade de Niterói, se apropriando de elementos como malhas regulares cortadas por grandes eixos diagonais e intersecções nodais, divisão da cidade em zonas funcionais, planejamento de sistemas de espaços livres e previsão de cidades-satélites. Suas experiências reverberariam no plano urbanístico da nova capital goiana.

A cronologia dos fatos que concernem à contratação de Corrêa Lima para o projeto de Goiânia, contudo, não é necessariamente linear. Não se sabe precisamente o contexto em que se deu esta decisão, mas um texto de Godoy datado de 1935 fornece indícios para algumas hipóteses. Nele, o engenheiro afirma que "foi por me negar a dar em curto espaço de tempo a primeira parte do plano de uma nova cidade do Brasil, que me não foi confiada a elaboração do mencionado plano" (GODOY, 1943, p. 301) - ou seja, Godoy pode ter sido o primeiro profissional sondado. Entretanto, sem adentrar nos méritos de exatamente quando, como e por que a decisão foi tomada - visto que também há indícios que apontam estudos de Corrêa Lima sobre a área da futura capital ainda em 1932, antes de qualquer acordo legal -, nos é relevante sobretudo a percepção da velocidade na qual as obras de Goiânia se iniciam, em meio aos embates entre mudancistas e antimudancistas.

Attilio é oficialmente designado em julho de 1933, três meses antes da fundação (mais simbólica que concreta) da nova capital. Dentre as atividades, conforme o contrato, o profissional seria responsável pelo desenvolvimento do plano da cidade, composto de informações como sistema de logradouros, zoneamento, infraestrutura, sistema de parques, jardins e lazer, plano detalhado do centro cívico e demais documentos de apoio (memoriais, regulamentos e legislações), além dos projetos arquitetônicos das primeiras edificações. Concomitantemente, Attilio ocuparia o cargo de diretor de obras.

A nova capital, inicialmente concebida para abrigar 50.000 habitantes, teve seu traçado idealizado pelo urbanista a partir da configuração do terreno, das necessidades de tráfego e do zoneamento. Permeadas por áreas livres, às malhas reticuladas mesclam-se grandes eixos diagonais e anéis de circulação de variadas escalas, gerando encontros capazes de destacar elementos arquitetônicos e urbanos lindeiros às confluências viárias.

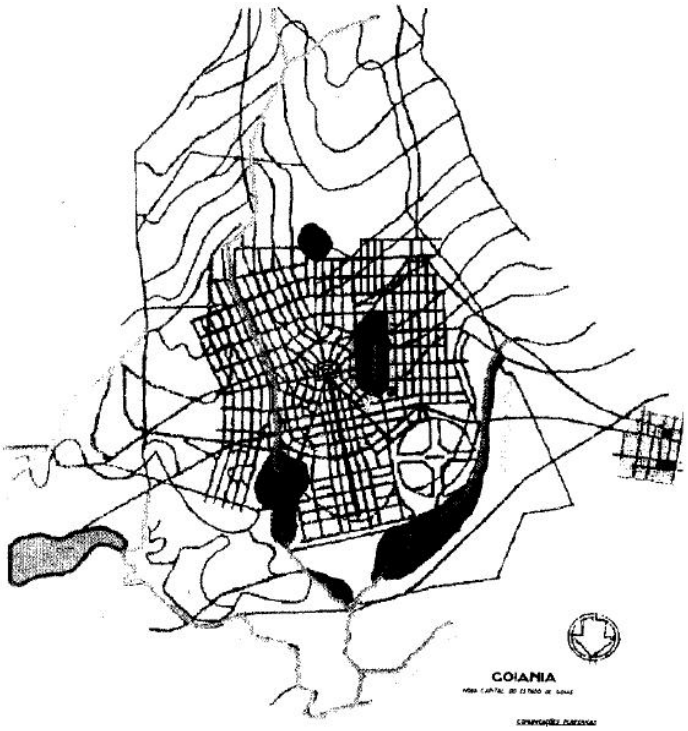
Sob o influxo da escola francesa de urbanismo, onde buscava-se atender as demandas da cidade moderna sem descartar o legado das cidades tradicionais (QUINTELLA, 2014), Attilio assumidamente revela sua filiação aos princípios clássicos de concepção urbana, com inspirações barrocas, ao mencionar as cidades de Versailles, Karlsruhe e Washington para ilustrar os efeitos almejados para a capital de Goiás - respeitadas as devidas proporções. Para Goiânia, a adoção do traçado em "*pé-de-pato*" - ou "*asterisco*", termo defendido por Graeff (1985) - teria como ponto de partida o seu núcleo cívico, para onde as principais vias da cidade convergiriam radialmente. Ao descrever a solução para o cruzamento, Corrêa Lima menciona as experiências de Eugène Hénard para justificar a opção pelo sistema giratório, "o mais adequado para evitar os conflitos de veículos, exigindo menor número de inspetores de trânsito" (LIMA, 1942, p. 104).

A conformação radial, associada às cotas topográficas, à escala monumental das avenidas e à preocupação paisagística pitoresca em seus passeios e canteiros, portanto geraria amplas perspectivas com o intuito de realçar o principal motivo da cidade, segundo o próprio Corrêa Lima (1942): seu centro administrativo. Estas características, passíveis de vinculação à Pierre L'Enfant, seriam mais evidentes que os cânones da "idade da máquina", segundo a visão de Goodwin (1943) em *Brazil Builds* - ainda que Goiânia (assim como Belo Horizonte) tivesse "ruas bem largas e bastante espaço livre e aberto" (GOODWIN, 1943, p. 96).

Ao mesmo tempo, contudo, além da ambiência simbólica que empreende, Attilio não nega a civilização industrial como fato histórico, organizando assim o espaço da cidade para seu pleno funcionamento - em contraponto ao caos das metrópoles sem planejamento (ACKEL, 2007). Consonante ao que era discutido acerca dos problemas urbanos e suas possíveis soluções, o plano de Corrêa Lima dialoga com experiências que remetem à cidade jardim, ainda que o urbanista não mencione de forma direta tal apropriação no plano de Goiânia - ao contrário de seu projeto-tese para Niterói, ao abordar a Cidade Jardim de Piratininga.

Prevemos a cidade construída segundo os princípios de Howard, construída a partir do zero, capaz de se manter por seus próprios meios, e com uma população limitada a 20.000 habitantes. Temos uma zona de aproximadamente 500 hectares, toda em torno da lagoa, organizando a parte compreendida entre a lagoa e o mar em zona urbana (200 hectares). Os 300 hectares que restam serão destinados à zona agrícola. Em Letchworth a relação entre a zona urbana e a zona agrícola é de 1/6, enquanto para nós, ela é de 2/5 (...). Isto é um assunto bastante delicado, que merece longos estudos para a aplicação no Brasil dos princípios da cidade jardim em adaptação ao meio. Será objeto de um estudo muito cuidadoso que se propõe posteriormente. (LIMA, 1932, p. 74-75)

São evidentes as intersecções da nova capital com os preceitos abordados por Howard (1902) - tais como a existência do centro público (com a presença de edifícios públicos e jardins), dos grandes bulevares, dos cinturões verdes e da disposição espacialmente periférica das indústrias - e Unwin (1909) - como o agrupamento de edifícios institucionais para efeito de valorização mútua e a ligação direta entre a praça central e a estação ferroviária. De fato, a comparação entre as ideias de Attilio Corrêa Lima e a materialização dos conceitos em Letchworth e Welwyn permite ilustrar similaridades.



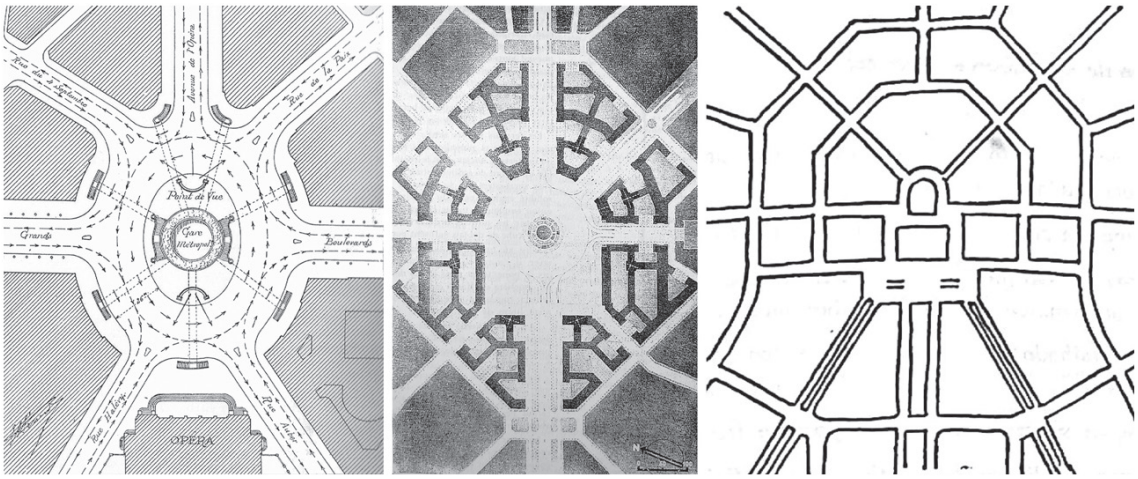


Figura 2 (em cima): Esboço do projeto de Goiânia, elaborado por Attilio Corrêa Lima em 1933. Fonte: MANSO, 2001.

Figura 3 (embaixo): Place de L'Opéra em Paris, de Eugène Henárd (à esquerda), Centro Comercial em Niterói, de Attilio Corrêa Lima (ao centro) e Centro Cívico em Goiânia, de Attilio Corrêa Lima (à direita). Fonte: HÉNARD, 2013; LIMA, 1932; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1942, modificados pelo autor.

Ademais, o próprio contexto de gênese da nova urbe se articula concordante à forma ideal de implantação das cidades jardins, de modo que os melhores resultados poderiam ser obtidos através de planos em lugares previamente não ocupados, ao invés de tentar-se adaptar as "velhas cidades", conforme argumentado por Howard (1902).

Permeando tais referências, Corrêa Lima planeja para Goiânia um sistema "dentro do critério moderno que manda prover às cidades de áreas livres plantadas" (LIMA, 1942, p. 105). Em relação à área total do núcleo urbano, 14% corresponderiam a parques urbanos e suburbanos, jardins, espaços de recreação e esportes, parkways, entre outros - consonante à definição de sistema de parques articulada por Forestier (1906). Attilio, em seu estudo, ressalta ainda que todas as vias públicas contariam com arborização, citando sobretudo a Avenida Pedro Ludovico (hoje denominada Avenida Goiás), considerada um eixo principal pelo urbanista. Classificada como avenida-jardim, sua "largura excepcional de 50 metros, para uma aglomeração relativamente modesta" (LIMA, 1942, p. 107) garantiria não apenas um papel circulatório, mas serviria para a prática do *footing* e festas cívicas. Entre os diálogos possíveis, notam-se as *avenues-promenades* recorrentemente utilizadas nos estudos de urbanistas franceses para cidades em seus "protetorados", por exemplo, evidenciando assim uma relevante função no agenciamento do espaço urbano.

Essas avenues-promenades *são um elemento importante de um programa ou de um sistema de parques completo. São vias de acesso e comunicação agradáveis. Permitem jamais interromper seu passeio. Podem contribuir para destacar os pontos de vista, as margens do rio, as paisagens interessantes ou pitorescas.* (FORESTIER, 1906, p. 22)

Aproveitando ainda a condição de cidade *ex nihilo,* Attilio reconheceu que pôde definir mais facilmente a organização urbana em setores, ao utilizar um dos princípios do urbanismo moderno, o *zoning*. Nas palavras do urbanista:

O zoneamento da cidade é feito procurando satisfazer as tendências modernas, de localizar os diversos elementos da cidade em zonas demarcadas a fim de não só obter melhor organização dos serviços públicos, como também, para facilitar certos problemas técnicos, econômicos e sanitários, não se falando aqui na estética. Se em todas as aglomerações existentes, o zoneamento constitui um problema de difícil solução, para uma cidade que se forma é relativamente fácil, apesar de exigir que seja observada a mais rigorosa vigilância em torno do regulamento das zonas. (LIMA, 1942, p. 101-102)

As origens do *zoning*, contudo, são as mesmas da cidade jardim: surgem em resposta aos problemas derivados da Revolução Industrial. Segundo Jelidi (2012), ao longo do século XIX, diversos nomes defenderam a distinção de zonas urbanas, como Charles Fourier, Benjamin Ward e Reinhard Baumeister. Ainda de acordo com a autora, é na Alemanha que se experimentam tais preceitos pela primeira vez, nos planos de Dresden (1878) e Frankfurt am Main (1891).

Não é possível precisar algum contato de Attilio com a formulações do zoneamento no ambiente academicista da Enba, mas é certa sua aproximação com as ideias enquanto esteve na França. Seu orientador, Henri Prost, era contemporâneo de Tony Garnier nas

temporadas da Vila Médici, em Roma - e, portanto, pôde conhecer particularmente bem seus trabalhos acerca da cidade industrial. Para Jelidi (2012), Prost era adepto do urbanismo racional, passando a adotar o uso de *zoning* funcional e morfológico.

Nesse jogo de escalas - nos termos de Lepetit (2016) -, volta-se novamente o olhar para a nova capital goiana. Corrêa Lima concebeu seu plano dispondo esquematicamente algumas grandes zonas, conforme seus usos: administrativa, na região da Praça Cívica; comercial, nas imediações da Avenida Goiás e da Avenida Anhanguera, perpendiculares entre si; industrial, próxima à Estação Ferroviária, ao norte da Avenida Paranaíba - via esta que, naquele momento, cumpria função similar a um anel viário, ao deslocar o fluxo potencial da Avenida Anhanguera para aqueles que estivessem apenas de passagem pela cidade; e residencial, subdivididas em urbanas e suburbanas.

As diferenças de uso eram acompanhadas por lotes de medidas diversas, coerentes às atividades ali desenvolvidas. A zona industrial, por exemplo, teria lotes mínimos de 1000 m^2, para comportar indústrias não nocivas. Já as zonas residenciais possuíam lotes com testadas mínimas de 12 metros nas áreas centralizadas - de modo que garantissem a disposição de edificações com os devidos recuos, visando aeração e insolação - enquanto o padrão residencial suburbano configurava-se através de maiores dimensões (e menores densidades). Quanto à zona comercial, é interessante notar que os primeiros estudos de Attilio indicavam um padrão de ocupação similar ao proposto por Cerdá e Agache: as edificações se concentrariam nas extremidades da quadra, preservando seu interior vazio e acessível, estabelecendo assim um diálogo entre o público e o privado (DINIZ, 2007). Posteriormente, o urbanista por fim adota o parcelamento em lotes tradicionais; entretanto, ciente da densidade da região e do intenso fluxo que geraria, Corrêa Lima dispõe vias internas nas quadras desta área, objetivando a carga e descarga de mercadorias que abasteceriam o comércio, bem como a coleta de lixo.

De modo sintético, o contexto geral do plano de Attilio Corrêa Lima, apesar da diversidade de referências urbanísticas apropriadas, dava corpo ao discurso modernizante estatal, ao incorporar vários dos debates que estavam presentes em correntes urbanísticas globais. Seu caráter multiforme não impedia que o plano da nova capital fosse visto como um modelo regionalmente inédito, "com soluções modernizadoras e com aperfeiçoamento do padrão urbanístico" (MANSO, 2001, p. 127), onde ideologicamente a nova cidade simbolizaria um novo estado - imbuído pelo sentimento de uma comunidade harmoniosa.

Contudo, a idealização urbanística não se descola de um processo real de consolidação, no qual diversos agentes são envolvidos. Ao mesmo que Corrêa Lima entregava parte do projeto de Goiânia em 1935, o urbanista já enfrentava dificuldades para implantar suas decisões projetuais: além dos aspectos logísticos, eram constantes os atritos com os irmãos Jerônimo e Aberlado Coimbra Bueno, engenheiros recém-formados e proprietários da firma responsável pelas principais construções da cidade. As divergências, acirradas sobretudo pela pressão do capital imobiliário, eram ilustradas pelo esforço dos irmãos em submeter o plano de Attilio à revisão - ao passo que, na visão dos engenheiros, a capital deveria ser amplamente discutida pelos principais órgãos e técnicos do país, por figurar como uma das maiores obras da engenharia nacional. Os embates, somados ainda a questões de cunho pessoal do urbanista, levaram a rescisão do contrato de Corrêa Lima na direção de obras, neste mesmo ano.

A revisão do plano

A saída de Attilio Corrêa Lima da direção aumentou o poder de atuação dos irmãos Coimbra Bueno, que já gozavam de prestígio junto a Pedro Ludovico Teixeira, em parte explicado pela relação antecedente com a família do interventor. Simultaneamente, a não promulgação das diretrizes elaboradas por Attilio abria espaço para modificações tão demandadas pelos então responsáveis pela construção da capital. Neste processo, Armando Augusto de Godoy volta a contribuir na formação de Goiânia.

Por conta de seu papel de consultor, ao engenheiro recorrentemente atribui-se, pela historiografia, a autoria da revisão do plano de Corrêa Lima. Deve-se lembrar, porém, que se trata de uma construção coletiva, desenvolvida por muitas mãos, articulada pela Firma Coimbra Bueno.

Armando Augusto de Godói foi contratado como consultor técnico da firma Coimbra Bueno em virtude do cargo de confiança que este assumira junto à Prefeitura do Distrito Federal, não tendo disponibilidade de estar em Goiânia. Posto isto, a construtora manteve até o final dos anos 1937 duas estruturas: um escritório de projetos no Rio de Janeiro e um de obras em Goiânia, só se tornando uma estrutura única a partir de 1938, quando inaugurou a sede da Seção Técnica em Goiânia. Para tanto, foram contratados diversos profissionais, dos quais os mais significativos: paisagista Alexandre Brade, o engenheiro civil Arthur Wigderowitz, engenheiro calculista Gustavo V. Adderup, engenheiro civil Jorge A. Diniz Carneiro, engenheiro civil José Neddermeyer, engenheiro civil Salvador Batalha e engenheiro sanitarista Werner Sonnemberg. Este último desenvolveu no escritório do Rio de Janeiro todo o projeto de água e esgoto bem como as plantas urbanas da cidade solicitadas por Godói. Posteriormente, na transferência para Goiânia, assumiu definitivamente a seção de urbanização. (RIBEIRO, M., 2004, p. 72)

Tendo ciência desse cenário, ainda assim é possível outorgar a Godoy uma posição determinante para as feições que Goiânia assume. O engenheiro fornecia "as diretrizes, as linhas mestras, os exemplos, e a firma Coimbra Bueno se municiava do material e de profissionais e executava os projetos" (RIBEIRO, M., 2004, p. 71), como é possível observar num dos relatórios que os irmãos fornecem ao interventor.

A Zona Sul, graças à orientação do Dr. Godoy, teve o projeto feito nos moldes do subúrbio de "Redburn" [sic], que os milionários americanos construíram nas vizinhanças de New York, essencialmente para residências. Assim, projetamos, com o auxílio do Dr. Werner Sonemberg, este Setor, e pretendemos projetar o "Setor Oeste". (COIMBRA BUENO & CIA LTDA., 1937 apud CORDEIRO; QUEIROZ, 1990, p. 26)

Outro aspecto de importante contextualização é a visão distinta de cidade que Godoy detinha em relação a Corrêa Lima, o que demandou cautela do engenheiro em respeito ao trabalho até então elaborado pelo urbanista, sobretudo devido aos conflitos anteriores à sua participação. Sem pormenorizar o mérito dessas discussões, que reservam algumas polêmicas alheias ao escopo deste trabalho, extrai-se como relevante o posicionamento das ideias urbanísticas de Godoy: se por um lado o engenheiro chegou a tecer elogios a Corrêa Lima e seu plano em diversas ocasiões - por meio de correspondências ou veículos de impressa - por outro lado, Armando também transparecia objeções quanto ao partido inicialmente proposto - exemplificada através de uma palestra proferida por ele em 1937, no Rio de Janeiro:

As exigências da cidade moderna não permittem o denominado traçado clássico. Outrora não havia as influências de certos factores e estudos feitos nos últimos lustros. Um dos elementos que levaram os urbanistas a modificarem a estructura da cidade foi o vehiculo automotor, cujo formidável surto teve lugar nos últimos decênios. (GODOY, 1937 apud ACKEL, 2007, p. 149)

Concomitantemente, os diversos relatórios elaborados pela Coimbra Bueno & Cia Ltda. revelavam uma postura revisionista mais incisiva dos irmãos, onde chegaram a afirmar que "destes estudos, resultou o abandono, em tudo que ainda era possível, do anteprojeto Correa Lima, e elaboração de novas plantas" (COIMBRA BUENO & CIA LTDA., 1937 apud CORDEIRO; QUEIROZ, 1990, p. 18).

No plano em reestudo, a cidade fora dividida em quatro setores (Central, Norte, Sul e Oeste), com o intuito de organizar o desenvolvimento urbano em etapas. Segundo os relatórios, ainda que interdependentes entre si, os setores seriam implantados de modo gradual, a fim de evitar a dispersão demográfica. Vale ressaltar que, na ocasião da revisão, o Setor Central e Norte já estavam em vias de estabelecimento, com ocupações edílicas e traçado viário em grande parte definido - de acordo, inclusive, com as diretrizes estabelecidas por Attilio. Deste modo, tais áreas ofereciam pouca margem para modificações estruturais. Da mesma forma que todo o plano geral, entretanto, tais setores em execução não deixaram de ter seus zoneamentos reavaliados.

Assim como Corrêa Lima, Godoy demonstrava a importância do *zoning*, chegando a abordar recorrentemente o tema na sua trajetória profissional - como num texto datado de 1931:

Graças ao zoneamento, a vida decorre sob melhores condições, sob o ponto de vista do tráfego, sob o da existência de cada habitante e também sob o da economia geral. Cada proprietário de terreno, ao adquiri-lo, mercê do zoning*, fica sabendo o partido que dele pode tirar, e tranquilo quanto ao que se pode fazer nos terrenos contíguos.* (GODOY, 1943, p. 94)

Em termos práticos, para o plano urbanístico de Goiânia, o engenheiro sugeriu, portanto, novos tratamentos ao zoneamento proposto por seu antecessor. Armando, por exemplo, subsidiou o aumento no grau de detalhe do zoneamento urbano, ao adicionar alguns usos específicos - sendo parte destes pulverizados pela cidade -, tais como a zona universitária, a zona de religião e a zona de diversões, além de alterações na zona industrial (que passou a ser subdividida em áreas para indústrias leves e indústrias pesadas, além de ter sua área diminuída). Uma importante distinção referente ao zoneamento original se articulou no Setor Central, na região destinada a comércios, por meio da redução de sua área - num debate que chegou a envolver uma consulta a Anhaia Mello. Segundo um relatório parcial dos irmãos Coimbra Bueno, uma zona muito extensa poderia ocasionar desequilíbrio nas vendas, por conta da oferta e procura.

(...) foi em São Paulo que o Dr. Anhaia Mello por nós consultado confirmou a nossa opinião sobre a disparidade de área reservada à zona comercial e ainda classificou-a de absurdo: o Dr. Godoy afirmou também plenamente a necessidade de se enfrentarem as dificuldades e desde já limitou a zona comercial no novo ante-projeto. (...)

Baseando-se na opinião de nossos maiores urbanistas (Dr. Godoy, Dr. Anhaia Mello e outros), a área reservada pelo Dr. Correa Lima para o comércio, era cerca de quatro vezes maior que a indicada pelo urbanismo, considerando a cidade com toda a população para a qual era prevista. (COIMBRA BUENO & CIA LTDA, 1936, p. 2 apud CORDEIRO; QUEIROZ, 1990, p. 26)

A solução por fim adotada no plano da cidade constituiu-se como um meio-termo entre a área designada por Corrêa Lima, mais ampla, e uma sugestão mais restritiva de Godoy, conforme exposto pelos engenheiros Coimbra Bueno ao interventor Pedro Ludovico:

Os limites indicados pelo Dr. Godoy, são bem mais restritos que os que estamos submetendo à apreciação de V. Excia., apesar de abonarmos inteiramente as conclusões dos estudos do Dr. Godoy (...) Assim, temos plena consciência de que, qualquer ampliação da zona comercial proposta, será um atentado contra a perfeição do Plano de Urbanização de Goiânia. Mas, não são desconhecidas as dificuldades que V. Excia. terá que vencer, para manter a execução desta obra do plano, impedido construções de casas para comércio fora da zona indicada, contrariando, assim, tantos interesses particulares. Por isso, não hesitamos em sacrificar parcialmente a perfeição do Plano, ampliando, até o limite possível, a zona comercial, com o fim de diminuir a avalanche de interesses contrariados, que V. Excia. terá a conter. (COIMBRA BUENO & CIA LTDA, 1937 apud CORDEIRO, 1989, p. 24)

Ao mesmo tempo que se definiam aspectos de legislação e regulamentação urbana, as plantas da cidade eram desenvolvidas, de acordo com os relatórios que tratavam do escopo do Plano de Urbanização, sob responsabilidade da firma contratada. E se, por um lado, os setores referentes à primeira etapa já estavam em consolidação (permitindo que suas alterações de desenho fossem limitadas principalmente às áreas abertas, como a Praça Cívica), o planejamento de implantação dos demais setores estabelecia que as suas obras seriam iniciadas apenas posteriormente. Esta condição possibilitou o estudo do que seria a maior modificação do plano urbanístico de Goiânia, naquele momento: o Setor Sul - que, segundo relatório datado de 1936, se conformaria como "a mais moderna solução urbanística do momento atual" (COIMBRA BUENO & CIA LTDA., 1936 apud CORDEIRO; QUEIROZ, 1990, p. 28). É neste bairro que reverberam as traduções de Radburn.

Para além do conhecimento de Godoy acerca das formulações da cidade jardim ou, ainda, das suas viagens à Europa e aos Estados Unidos, convém lembrar de alguns percursos profissionais do engenheiro que apontam indícios sobre o porquê da adoção de elementos utilizados no subúrbio americano. Armando, profundamente envolvido com atividade do Automóvel Club do Brasil, estava sintonizado sobre a influência do veículo numa nova realidade que as cidades brasileiras se encontravam. Num congresso sul-americano de turismo no ano de 1930, conforme exposto por uma edição do Correio da Manhã, Godoy apresenta um trabalho sobre tráfego urbano, indicando meios para harmonizar a relação automóvel-pedestre, bem como soluções para amenizar engarrafamentos em horários de pico, por exemplo.

Deste modo, a ideia de Radburn - idealizada por Clarence Stein e Henry Wright - se alinha ao contexto onde as cidades estavam sendo planejadas. A concepção para o

subúrbio norte-americano, que chega a ser classificada como "*town for the motor age*", far-se-ia necessária mediante a insegurança que as urbes apresentavam aos seus habitantes (STEIN, 1951).

A "ideia Radburn", para responder o enigma "como viver com o automóvel": ou, se preferir, "como viver apesar dele", enfrenta essas dificuldades com uma radical revisão da relação de casas, estradas, caminhos, jardins, estacionamentos, quadras e vizinhanças locais. (STEIN, 1951, p. 42)

Dentre as muitas similaridades com o Setor Sul de Goiânia, podem-se exemplificar a separação das ruas de residência e ruas de tráfego (com o emprego de *cul-de-sac* para minimizar o tráfego local), a separação do fluxo de pedestres do fluxo veicular e a previsão de grandes áreas verdes, sobretudo no interior das grandes quadras. Sobre este ponto, se discorre no relatório de 1937:

Isto, porque é incômodo e perigoso o pedestre andar no meio dos veículos, como se vê comumente. Também é mais cômodo para o pedestre andar por um parque que por uma rua. Foi, então, projetado um sistema de parques internos, limitados pelos fundos do terreno (...) Naturalmente que, para comunicações, não havia necessidade de todo um parque. Bastaria um bêco, mas foram projetados parques para satisfazer a outras necessidades - boa aeração, que só grandes blocos de vegetação permitem, para localizar áreas para recreio das crianças, jardins de infância, escolas, campos de esporte, enfim, todo uma série de confortos necessários a uma vida civilizada. (COIMBRA BUENO & CIA LTDA., 1937 apud CORDEIRO; QUEIROZ, 1990, p. 26)

Outro aspecto, derivado das ideias howardianas, seria a concepção celular da cidade. Godoy já havia emitido tal posicionamento ainda no seu parecer acerca do local do novo núcleo, onde finalizou pontuando que "os principais elementos da projetada capital não devem ser calculados para mais de dez mil pessoas" (GODOY, 1943, p. 229) - aquém dos limites de 32 e 58 mil habitantes preconizados pelo inglês.

Para as novas diretrizes, na revisão, Godoy reiteraria a necessidade de limitação física e populacional do núcleo urbano de Goiânia onde, ao atingir o teto estabelecido, a extensão da cidade se faria "em novos núcleos suburbanos que foram designados Cidades Satélites, separadas e convenientemente afastadas do núcleo projetado" (COIMBRA BUENO & CIA LTDA., 1937 apud CORDEIRO; QUEIROZ, 1990), por meio de zonas de jardins ou de campos. O núcleo urbano de Campinas, de existência anterior à nova capital e próxima de seu local de implantação, era classificado como cidade-satélite nos relatórios, por exemplo; entretanto, em relação aos demais centros, Godoy e os Coimbra Bueno apontavam que não era indicado fazer qualquer análise mais detalhada quanto aos seus planos urbanos naquele momento - sendo, na verdade, necessário apenas a avaliação das zonas que tais cidades se implantariam.

O estudo destas áreas destinadas às cidades-satélites não chegou a ser empreendido de fato, apesar destas zonas terem sido citadas (ainda que não detalhadamente) em legislações posteriores ao trabalho da firma Coimbra Bueno e Armando Augusto de Godoy. O mesmo aconteceu com o Setor Oeste que, apesar de constar nos relatórios parciais, não chegou a ser apresentado como integrante do plano de urbanização. Segundo Cordeiro e Queiroz (1990), os irmãos Jerônimo e Aberlado definiram o setor

como área de expansão, ao qual deveria ser projetado apenas em 1950, por meio de um concurso público de urbanistas brasileiros - com a intenção de atrair a atenção de técnicos para a cidade, discutindo-a e aperfeiçoando-a por meio de um "verdadeiro congresso de urbanismo no Brasil Central" (CORDEIRO; QUEIROZ, 1990, p. 28), o que também acabou não acontecendo. Ainda assim, os demais estudos frutos da revisão do primeiro plano por fim resultaram no Plano Geral de Goiânia, que foi apresentado e aprovado por meio do Decreto-lei nº 90-A, em 1938 - que, em linhas gerais, guiou o crescimento da cidade em suas primeiras décadas.

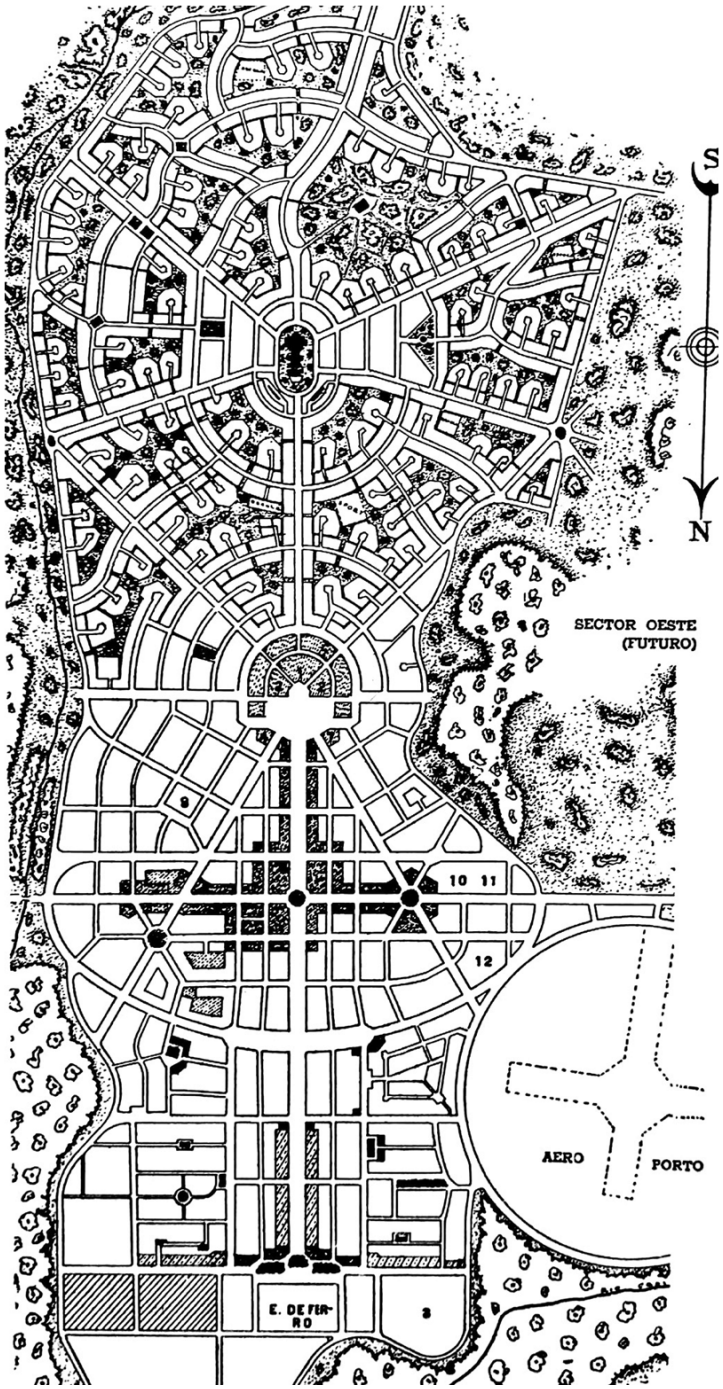


Figura 4: Plano de Goiânia revisado pela Firma Coimbra Bueno, sob a consultoria de Armando Augusto de Godoy. Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1942 apud GRAEFF, 1985.

Considerações finais

São múltiplos os aspectos inerentes às cidades, para além de sua concretude. Segundo Meneses (1996), a cidade deve ser entendida a partir de três dimensões interdependentes: a cidade é artefato - contexto material, segmento de natureza socialmente apropriado -, é campo de forças - produto e vetor de forças atuantes - e representação - imaginário e imaginação, no campo das construções simbólicas. Esta percepção permite compreender a profunda ligação entre o tangível e o intangível no espaço urbano, colocando a compreensão acerca de sua gênese e crescimento num nível mais complexo - sobretudo diante do olhar histórico, onde as leituras derivam de construções. Sob este nexo, retomar o quadro em que Goiânia é idealizada subsidia apontar o lastro sobre o qual a cidade ergue-se - através de discursos, intencionalidades, formulações e contatos. No que se refere às concepções urbanísticas, em meio à circulação de ideias, é necessária a apreensão "muito além das noções desgastadas de 'modelos' e influências'", mas sim por meio de uma "'rede de atores', seus 'aportes' ou suas modalidades de 'resistência'" (LEPETIT, 2016, p. 41). Foi neste meandro que o trabalho propôs recuperar a trama na qual atuam Attilio Corrêa Lima e Armando Augusto Godoy - e também a Firma Coimbra Bueno, Pedro Ludovico Teixeira e outros agentes, célebres ou anônimos que, de outros modos, tiveram relevantes papéis na consolidação da nova capital goiana.

Sobre as feições de Goiânia, é pertinente ressaltar a diversidade de elementos visíveis - dada a diversidade de atores, diretos e indiretos, na concepção da cidade -, de forma que não há como encaixá-los em meras classificações. À medida que as formulações interagem em (e com) novos contextos, "não há um modelo mais ou menos adotado ou adaptado, há um objeto cultural bastante flexível cujas transformações revelam as propriedades daqueles que o apropriam e remodelam" (TOPALOV, 2014, p. 14). A assertiva se faz presente no momento cujo olhar se dispôs, no quadro gestacional dos primeiros anos da cidade, mas também se perpetua de distintas formas na cidade que em seguida se vê.

A nova capital, que rompe o teto populacional de seu assentamento basilar já no início da década de 1950 - e, a partir de então, quase octuplica sua população nas duas décadas seguintes -, logo expande-se virtualmente (através da profusão de loteamentos que passam a integrar as plantas da cidade, sobretudo a partir de uma distinta política urbana que deslocaria o Estado à posição de agente de ação coadjuvante) e materialmente (nem sempre sob os mesmos moldes ou cadências, mas similarmente veloz). Wilheim (1960, p. 22), às vésperas da inauguração de Brasília, descreveria Goiânia como um "centro urbano planejado" circundado por uma área muito grande e de crescimento "espontâneo" - termo este que deve ser percebido com cautela, ainda que não haja consenso sobre as decisões urbanísticas que conformaram os bairros subsequentemente implantados. Em suma, ao contrário do orientado crescimento celular, o núcleo pioneiro gradualmente diluíra-se na mancha urbana reservando, por exemplo, impactos diretos no sistema de áreas livres. Concomitantemente revisam-se diretrizes - e, eventualmente, também implantam-se os novos norteadores apenas de modo parcial, como no caso do plano elaborado pelo próprio Jorge Wilheim, no final da década de 1960.

Em meio às naturais vicissitudes das cidades, entretanto, é curiosa a leitura de uma Goiânia cinquentenária por Edgar Graeff (1985): a despeito das traças regulares atentas

"não apenas para as questões de higiene e circulação, mas, através delas, para uma mais lógica partilha do solo, tendo em vista a sua comercialização" (MARX, 1991, p. 127), de alguma maneira ainda hoje se fazem presentes princípios que remetem ao alvorecer da capital.

No agenciamento dos novos bairros/setores reproduziu-se, quase sistematicamente, os temas do asterisco e das largas avenidas serpenteantes, muito bem acomodadas no terreno, com amplos passeios e refúgios centrais arborizados. Ao observador mal informado parecerá que a repetição desses elementos decorre de alguma norma, alguma legislação especial, quando, na verdade, eles aí estão, espalhados por toda a cidade, por "gosto" da população (...) Convém atentar para um fato e refletir: aqui o asterisco não comparece como mero cacoete gráfico - ele se multiplica como cultura e reprodução de uma situação arquitetônica/espacial não só vista, mas sentida e vivida na cidade. (GRAEFF, 1985, p. 30)

Referências bibliográficas

ACKEL, Luiz Gonzaga Montans. *Attílio Corrêa Lima:* uma trajetória para a modernidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007, 342 p. Tese – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2007.

AS conclusões do Congresso Sul-americano de Turismo. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, p. 3, 1 out. 1930.

CHAUL, Nars N. Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital.* Goiânia: CEGRAF UFG, 1988.

_____. *Caminhos de Goiás:* da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Editora UFG, 2010.

CORDEIRO, Narcisa; QUEIROZ, Normalice. *Goiânia:* embasamentos do plano original. Goiânia: Edição do autor, 1990.

DINIZ, Anamaria. Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935): ideal estético e realidade política. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 240 p. *Dissertação - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo*, Universidade de Brasília, 2007.

_____. *O itinerário pioneiro do urbanista Attilio Corrêa Lima.* Jundiaí: Paco, 2017.

FIGUEIREDO, Paulo Augusto. Variações em torno de Goiânia. *Revista Oeste,* Goiânia, n.6, p. 2-4, jul. 1943.

FORESTIER, Jean Claude Nicolas. *Grandes villes et systèmes de parcs.* Paris: Hachette et Cie, 1906.

FREY, Jean-Pierre. Henri Prost (1874-1979), parcours d'un urbaniste discret (Rabat, Paris, Istanbul…). *Urbanisme,* Paris, n. 336, p. 79-87, mai./jun. 2004.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GODOY, Armando Augusto de. A urbs e os seus problemas. Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio,* 1943.

GOODWIN, Philip. *Brazil Builds:* architecture new and old - 1652-1942. New York: Museum of Modern Art, 1943.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. *Goiânia:* 50 anos. Brasília: MEC-SESU, 1985.

HÉNARD, Eugène. *Études sur l'architecture et les transformations de Paris.* Paris: Éditions de La Villette, 2013.

HOWARD, Ebenezer. *Garden cities of to-morrow.* London: Swan Sonnenschein & Co Ltd., 1902.

JELIDI, Charlotte. *Fès, la fabrication d'une ville nouvelle (1912-1956).* Lyon: ENS Éditions, 2012.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

LIMA, Attilio Corrêa. *Avant-projet d'aménagement et d'extension de la ville de Niterói au Brésil.* Paris: Vicent, Fréal et Cie Editeurs, 1932.

_____. Goiânia - a nova capital de Goiaz. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Goiânia.* Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1942.

MANSO, Celina. *Goiânia*: uma concepção urbana moderna e contemporânea - um certo olhar. Goiânia: Edição do autor, 2001.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP,* São Paulo, v. 30, p. 144-155, jun./ago. 1996.

NOTAS suburbanas. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, p. 9, 2 set. 1927.

QUINTELLA, Iwy Pessôa. Projeto urbano e dimensão estética no urbanismo francês na primeira metade do século XX: contribuições relegadas ao ostracismo dentro da memória disciplinar. *In:* PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs.). *Tempos e escalas da cidade e do urbanismo:* Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. *In:* _____; PECHMAN, Robert (Orgs.). *Cidade, povo e nação:* gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. *Goiânia*: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

STEIN, Clarence. *Toward new towns for America.* Chicago: The University Press of Liverpool, 1951.

TOPALOV, Christian. Préface à l'ouvrage d'Elsa Vonau: "La fabrique de l'urbanisme". In: VONAU, Elsa. *La fabrique de l'urbanisme:* Les cités-jardins, entre France et Allemagne 1900-1924. Villeneuve d'Ascq: Presses universitaires du Septentrion, 2014.

UNWIN, Raymond. *Town planning in practice:* an introduction to the art of designing cities and suburbs. London: Adelphi; Terrace; Leipsic; Inselstrasse, 1909.

VIOLICH, Francis. *Cities of Latin America:* housing and planning to the south. New York: Reinhold Publishing Corporation, 1944.

WILHEIM, Jorge. Brasília 1960: uma interpretação. *Acrópole,* São Paulo, ano 22, n. 256, p. 18-49, fev. 1960.

Recebido [Jan. 24, 2018]
Aprovado [Ago. 12, 2021]